

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
SECRETARIA DE RECURSOS HÍDRICOS E AMBIENTE URBANO

Audiência Pública sobre o PLS nº 248, de 2014, que estabelece regras para preservar a calha principal e curso natural do rio Araguaia.

Comissão de Meio Ambiente, Defesa do  
Consumidor e Fiscalização e Controle

Brasília, 23 de setembro de 2015.

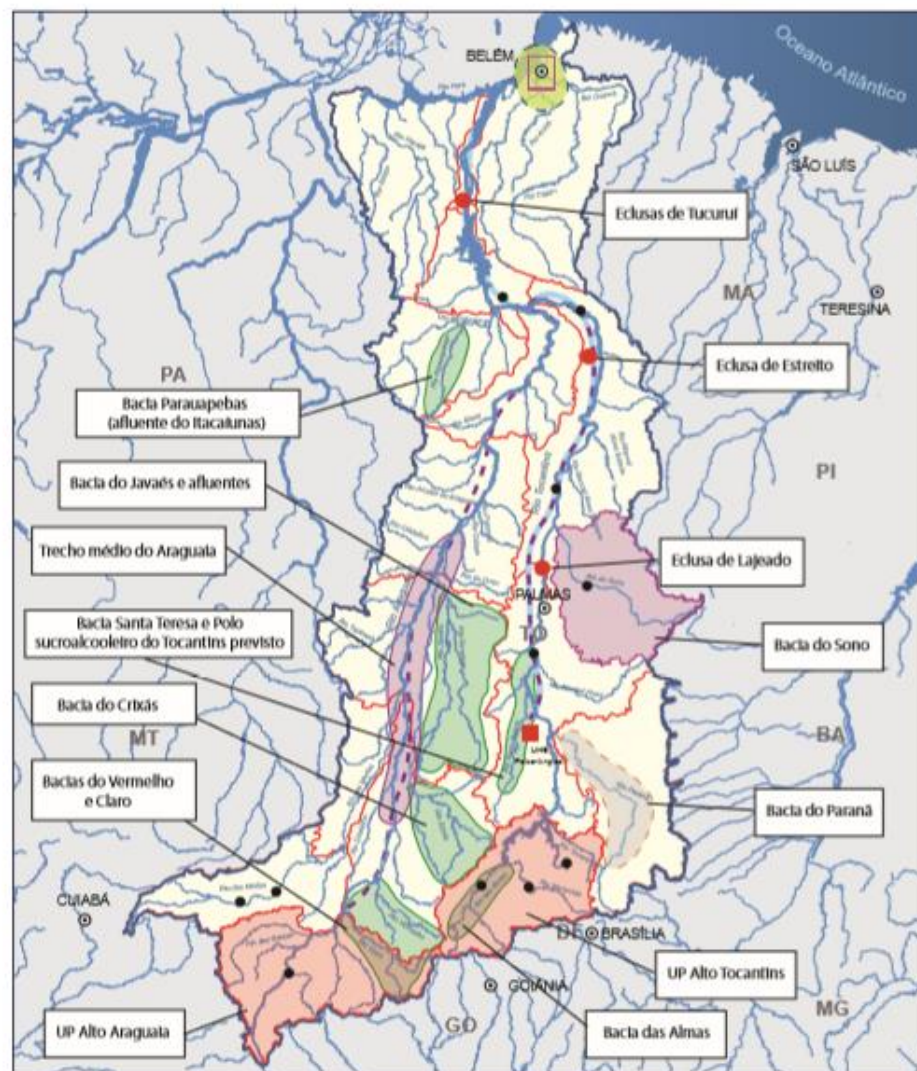


Figura 7.1: Principais problemas e conflitos identificados na RHTA



Tabela 1: Caracterização das unidades de planejamento

Unidade de Planejamento			Principais rios	Área		Municípios com sede na UP	
Nº	Nome	Descrição		(km²)	% da RHTA	Nº	% da RHTA
Araguaia							
01	Alto Araguaia	Nascentes do Rio Araguaia	Araguaia, Caiapó, Claro e das Garças	62.640	6,8	38	9,9
02	Alto Mortes	Extremo sudoeste da Região Hidrográfica	das Mortes	40.130	4,4	7	1,8
03	Baixo Mortes	Trecho inferior do rio das Mortes	das Mortes	21.584	2,3	4	1,0
04	Alto Médio Araguaia	Inicia-se na confluências dos rios Claro e das Mortes	Araguaia, Cristalino, Crixás-Açu e Vermelho	69.822	7,6	27	7,0
05	Médio Araguaia	Engloba a Ilha do Bananal	Araguaia, Formoso, Javaés, Crisóstomo e Tapirapé	86.160	9,4	17	4,4
06	Submédio Araguaia	A jusante da Ilha do Bananal até o rio Pau d'Arco	Araguaia, das Cunhas, Pau d'Arco e do Coco	67.964	7,4	22	5,7
07	Baixo Araguaia	Trecho final do Rio Araguaia	Araguaia, Muricizal, Maria Lontra e Corda	36.760	4,0	28	7,3

# Lei 9.433 de 1997

Art 1º A Política Nacional de Recursos Hídricos baseia-se nos seguintes fundamentos:

(...)

IV – a gestão dos recursos hídricos deve sempre proporcionar o uso múltiplo das águas;

V – a bacia hidrográfica é a unidade territorial para implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e atuação do Sistema Nacional de Recursos Hídricos;

VI – a gestão dos recursos hídricos deve ser descentralizada e contar com a participação do Poder Público, dos usuários e das comunidades.

Art. 35. Compete ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos:

(...)

III – Deliberar sobre os projetos de aproveitamento de recursos hídricos cujas repercussões extrapolem o âmbito dos Estados em que serão implantados; (...)

# Potencialidades – usos múltiplos

- Água em abundância - permitindo o desenvolvimento de usos múltiplos.
- Geração hidrelétrica - sub-região Araguaia detém 16% do potencial, mas não possui usinas hidrelétricas em operação;
- Agropecuária – condições favoráveis e crescimento acima da média nacional;
- Irrigação – grande possibilidade de expansão;
- Pesca e aquicultura – produção pesqueira e pesca amadora esportiva;
- Transportes – corredor norte-sul com potencialidade de integração dos sistemas;
- Turismo – ecoturismo nas praias do Araguaia e pesca esportiva;
- Biodiversidade – Ucs concentradas nas sub-regiões Araguaia

# Fragilidades

- Alterações dos regimes dos rios – barramentos que interferem na dinâmica do rio.
- Uso excessivo dos recursos hídricos - destaque para empreendimentos agrícolas.
- Secas e inundações
- Navegação – inexistência de eclusas nos barramentos de hidrelétricas.
- Contaminação dos cursos de água - baixo nível de tratamento dos esgotos municipais.
- Biodiversidade terrestre e aquática – grandes projetos agropecuários exercem pressão sobre a vegetação e barramentos.
- Nível econômico e de desenvolvimento social
- Saneamento básico – nível de atendimento abaixo da média nacional.
- Governança
- Populações tradicionais remanejadas

# Ameaças

- Visão segmentada e setorial sobre o desenvolvimento da região em temas como energia, navegação, irrigação e saneamento ambiental, dentre outros.
- Ingresso de empreendimentos, que sem o adequado planejamento pode acarretar pressão sobre o meio ambiental e em especial sobre os recursos hídricos.

# Alguns desafios

- O papel que a água desempenha na estruturação e no desenvolvimento da região e o grau de interferência que pode sofrer, tanto em disponibilidade quanto qualidade, demonstram a necessidade do adequado planejamento da sua utilização e conservação.
- Sob esse aspecto, é essencial a internalização, no âmbito do governo federal, dos temas estratégicos e das diretrizes setoriais que envolvem, principalmente, o planejamento dos setores de saneamento, hidroenergético, hidroviário e ambiental. Para isso, faz-se necessário criar mecanismo de articulação intersetorial, via decreto, para viabilizar o envolvimento destas diferentes áreas.
- Nesse sentido, adicionalmente, a criação do Colegiado de Recursos Hídricos adquire fundamental importância para preencher o vazio administrativo e garantir o início da implementação das ações.

# Referencia

Agência Nacional de Águas (Brasil). Plano estratégico de recursos hídricos da bacia hidrográfica dos rios Tocantins e Araguaia: relatório síntese. Brasília : ANA; SPR, 2009. ANA. Plano Estratégico de Recursos Hídricos.

BRASIL. Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997. Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos e cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Diário Oficial da União. Brasília, DF.



# Grata pela atenção!

Adriana Lustosa  
[adriana.lustosa@mma.gov.br](mailto:adriana.lustosa@mma.gov.br)